



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES

27 3357-7500

Ata da Reunião do Colégio de Dirigentes em 25.10.2013

No dia vinte e cinco de outubro de 2013, às 10h, no Salão de Reuniões da Reitoria, reuniu-se o Colégio de Dirigentes, sob a presidência do Reitor, Prof. **Denio Rebello Arantes**, com a presença dos seguintes membros: **Aparecida de Fátima Madella de Oliveira** (Alegre); **Hermes Vazzoler Junior** (Aracruz); **Jean Rubyo de Oliveira Lopes** (Barra de São Francisco); **Carlos Cezar de Oliveira Bettero** (Cachoeiro de Itapemirim); **Edna dos Reis** (Cariacica); **Adriana Piontkovsky Barcellos** (Centro-Serrano); **Luiz Braz Galon** (Colatina); **Marcelo Tedoldi Machado** (Guarapari); **Flavio Eymard da Rocha Pena** (Ibatiba); **Anderson Mathias Holtz** (Itapina); **Mauro Silva Piazzarollo** (Linhares); **André dos Santos Sampaio** (Montanha); **Jayme Santos** (Nova Venécia); **Aldieris Braz Amorim Caprini** (Piúma); **Moacyr Antonio Serafini** (Santa Teresa); **Mario Cezar dos Santos Junior** (São Mateus); **Felipe Nascimento Martins** (Serra); **Aloísio Carnielli** (Venda Nova do Imigrante); **Eliandro Sebastião Moraes dos Santos** (Vila Velha); **Ricardo Paiva** (Vitória); **José Mário Costa Junior** (CEAD); **Lezi José Ferreira** (Proad); **Ademar Manoel Stange** (Prodi); **Araceli Veronica Flores Nardy Ribeiro** (Proen); **Renato Tannure Rotta de Almeida** (Proex); **Márcio Almeida Có** (PRPPG). Participaram como convidados: Adelino Zamprogno (Santa Teresa); Sival Roque Torezani (Santa Teresa), André Assis Pires (PRPPG) e Roquemar de Lima Baldam (Prodi). O presidente inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Ele faz a leitura da proposta de pauta, com os seguintes pontos: **1)** Informes; **2)** Distribuição de vagas de professor entre os campi; **3)** Padronização de nomenclatura organizacional; **4)** Alimentação escolar; **5)** Realização de cursos EAD nos campi/polos; **6)** Estrutura e cronograma do planejamento estratégico; **7)** UAB – utilização de salas e laboratórios; **8)** Assuntos gerais. O presidente inicia a reunião com o **item 1**, os informes. Ele ressalta que a data limite para empenho foi definida pelo MEC para o dia 17 de novembro. Quanto ao Pronatec, foi informado na última reunião que os recursos foram retirados dos institutos. O presidente informa que representantes do Conif se reuniram com a Setec para rever essa questão. Foi constatado que há dificuldades no MEC quanto ao fluxo de caixa. Isso porque os recursos são repassados uma vez por mês, na virada do mês. Todavia o presidente indica que o MEC é um dos poucos ministérios que não teve cortes orçamentários. Diante das discussões com a Setec, foi feita uma previsão de repasse de 1 milhão e 900 mil reais até o final deste ano. O presidente ressalta que teremos recursos para o Pronatec, pois o programa foi incluído na Lei Orçamentária Anual (LOA), evitando problemas em Janeiro e Fevereiro de 2014. Para tratar do **item 6**, a estrutura e cronograma do planejamento estratégico, é convocado o Prof. Roquemar Baldam. Ele apresenta uma planilha, contendo vários itens, como os seminários de plano de fundo relacionados ao Planejamento Estratégico (PE). Ele afirma que a maior parte das atividades deverá ser executada ainda este ano, há um prazo para entrega do PDI à Setec até o dia 28 de março de 2014. Prof. Roquemar destaca as atividades a serem realizadas pelos comitês locais de PE. A reunião inicial (*kickoff*) ocorrerá no dia 4 de novembro de 2013, na qual serão tratadas as dúvidas e o roteiro do PE. Ele informa que ocorrerá uma capacitação, dividida por regiões, em dois dias, com dois instrutores, acontecendo na mesma semana. Nos dias 5 e 6 de novembro a reunião será nas regiões Norte e Sul. Já nos dias 7 e 8 de novembro, as reuniões serão na região

Noroeste e Centro. O presidente ressalta a importância da participação dos membros dos comitês locais de PE nas reuniões iniciais. O Prof. Roquemar informa que toda a documentação relativa ao cronograma de PE será encaminhada aos diretores via correio eletrônico. Há ainda mais informações disponíveis na página de Internet da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional. Quanto ao **item 4**, a alimentação escolar. O presidente informa que os setores de assistência estudantil auxiliam na questão de alimentação dos alunos. Todavia, foi aberto um processo questionando o que se fazia com os recursos da merenda escolar. Trata-se de um recurso do FNDE e do Fundeb. Para se ter uma ideia, o valor repassado é de R\$ 0,30 por dia, por aluno, para quem estuda em apenas um turno. O presidente afirma que a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) indica que a responsabilidade de alimentação escolar para a educação básica é atribuída aos estados e municípios. Contudo, a distribuição desses recursos ocorria de forma muito desordenada. Sendo assim, o Governo Federal resolveu complementar esses recursos, desde que fossem seguidas algumas diretrizes. Considera-se que o curso técnico integrado faria parte da educação básica, segundo o censo escolar. O presidente informa que, a partir de 2012, esse tipo de recurso foi repassado aos institutos. Dentre os requisitos do Governo Federal, é preciso que a instituição possua um nutricionista em seu quadro, que se defina um cardápio e que aquisição de alimentos considere os produtores que atuem na agricultura familiar. O presidente informa que os servidores do Ifes encarregados de responder ao questionamento inicial discutiram o assunto e decidiu-se que o Ifes não estaria na categoria da educação básica. Considerou-se um erro do FNDE repassar essa verba aos institutos. Isso porque não se realiza a entrega de alimentação universal no Ifes. Foi feito um cálculo para determinar qual seria o gasto para entrega de alimentação escolar para os alunos do ensino integrado. Chegou-se a conclusão de que seria gasto praticamente todo o recurso da assistência estudantil. Nesse sentido, as discussões apontam que o ideal seria devolver os recursos e atender com alimentação escolar aqueles alunos que necessitam de assistência estudantil. Sendo assim, essa é uma discussão importante a ser feita pela comunidade do Ifes. Para tratar desse assunto são convocados o Sr. Sival e o Sr. Adelino. Ele apresenta uma planilha, usando o exemplo do campus Santa Teresa. Ele ainda explica que o custo de alimentação por alunos gira em torno de R\$ 7 por dia, para alunos do técnico integrado. Para os alunos do regime de internato, a média de gastos é de R\$ 9 ao dia. O Sr. Sival ainda apresenta um estudo do Fonaprace (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), no qual foi feito um levantamento realizado nos restaurantes das universidades federais brasileiras. O presidente afirma que seria muito interessante que cada campus tivesse seu restaurante. É preciso deixar claro o esforço para se alcançar esse modelo. O Prof. Hermes indica que é preciso muito esforço para controlar e fiscalizar os contratos de alimentação. O Prof. Mauro sugere que o assunto seja discutido também no Fórum de Assistência Estudantil. O presidente afirma que esse assunto será discutido nas diversas instâncias de discussão e decisão do Ifes. Quanto ao **item 3**, a padronização de nomenclatura organizacional, o Prof. Mauro indica que foi definida uma proposta de nomenclatura para os campi do Ifes. Ele cita o exemplo da coordenação de patrimônio e almoxarifado, que possuía diferentes nomes nos campi. No geral, a estrutura seria dividida entre Direção, Coordenação e Setores, respeitando algumas peculiaridades dos campi. Também foram propostas algumas siglas para os setores. A proposta é aprovada. Esse assunto será encaminhado para ajuste no SIORG, visto que esse procedimento é necessário para auxiliar na implantação do Sistema ERP. O **item 5** foi solicitado pelo Prof. Luiz Braz Galon. Ele cita o exemplo do Campus Guarapari, que tem oferecido cursos EAD, atuando de forma “transformar” os campi em polos. Contudo, o Prof. Braz afirma que isso tem implicações financeiras, envolvendo distribuição de salas e laboratórios e materiais de consumo. Ele solicita que essa implantação de cursos seja melhor discutida pelos diretores gerais. O presidente associa esse assunto ao próximo item, o **item 7**, a questão da Universidade Aberta da Brasil (UAB) e a utilização de salas e laboratórios. O Prof. José Mário indica que o **item 7** surgiu de uma necessidade da

Ufes em implantar um curso de Licenciatura EAD em Biologia. Contudo, é necessário possuir laboratórios para ofertar esse tipo de curso. A Ufes sondou alguns campi do Ifes para verificar a laboratórios existentes. Depois disso, o Ifes recebeu um ofício da Ufes solicitando que disponibilizássemos laboratórios de alguns campi. O presidente informa que é preciso definir uma estratégia de como o Ifes irá interagir com instituições que solicitem o uso de laboratórios e outros espaços da instituição. Ele sugere que seja feito um estudo de impacto do uso de salas e laboratórios por entes externos ao Ifes. A resposta à Ufes será feita mediante algumas condicionantes, incluindo um pagamento ao técnico do Ifes que irá cuidar do laboratório cedido. Além disso, qualquer dano causado ao patrimônio do Ifes correrá por conta da Ufes. Quanto ao **item 8**, os assuntos gerais. O Prof. Márcio Có informa sobre a Chamada Pública MEC/Setec/CNPq nº 94/2013, que trata de apoio a projetos cooperativos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica. Esse apoio inclui financiamento para projetos de pesquisa e financiamento de grupos de estudantes para participação em olimpíadas de conhecimento, por exemplo. Para financiamentos de até R\$ 80 mil, não é necessário apresentar contrapartida. Depois desse patamar há uma escala de contrapartida a ser oferecida pelos interessados. Já o edital de extensão e de participação em olimpíadas não requer contrapartida. Para tratar do **item 2**, a distribuição de vagas de professores entre os campi, é convocado o Prof. Ademir Stange. Ele comenta que se trata de um assunto discutido da reunião anterior do Colégio de Dirigentes. Foi enviada uma planilha aos campi para ser preenchida e devolvida à Prodi. Ele apresenta as planilhas contendo as informações dos campi que enviaram suas respostas. As planilhas contém dados como, por exemplo, quais os professores que estão efetivamente em sala de aula. Ele aponta a defasagem entre a situação atual de vagas e a situação desejável para o Ifes, considerando as vagas que serão recebidas pelo Ifes. O Prof. Mauro solicita que a planilha seja enviada novamente aos campi para que sejam feitos aos ajustes necessários. O Prof. Carnielli solicita que a primeira coluna da planilha, o dimensionamento do campus, seja revista. O presidente informa que a quantidade de professores prevista na planilha seja mantida como quantidade mínima de vagas a ser oferecida. Quanto aos concursos para docentes, para preencher essas vagas, o presidente informa que o cronograma de realização das etapas de concurso será rigorosamente seguido, de forma a não prejudicar o bom andamento das aulas. A Prof. Araceli Ribeiro sugere um item **extra pauta**. Trata-se do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação do Campus Cachoeiro de Itapemirim. O presidente informa que não é possível aprovar o curso na presente reunião, sendo necessária uma discussão maior a respeito de verticalização e horizontalização do referido campus. Nada mais havendo a tratar, o presidente dá por encerrada a reunião. Eu, Felipe Furtado Guimarães, secretário, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.